

TALÁBRIGA SITUAÇÃO E LIMITES APROXIMADOS

Luís Seabra LOPES *

«Estamos hoje onde estávamos há quatro séculos: não sabemos onde era Talábriga, não sabemos se existiu Vacca. Literatura, bairrismo, romance. Tudo perdido? Não, alguns passos acertados se deram. Até a confusão criada tem hoje o grande mérito de nos mostrar a necessidade de novos métodos ».

Augusto Soares de Sousa Baptista, 1948 ¹

Gerações de antiquários, historiadores e arqueólogos têm investigado a localização exacta das povoações referidas pelos clássicos latinos. Porém, a escassa informação disponível, mesmo quando conjugada com resultados de pesquisa arqueológica, nem sempre o tem permitido. No distrito de Aveiro, os fracassos, sob este ponto de vista, acumulam-se.

Numa conhecida passagem da *História Natural*, Plínio enumerou as principais cidades do litoral lusitano:

«A Durio Lusitania incipit: Turduli veteres, Pæsuri, flumen Vagia, oppidum Talabrica, oppidum et flumen Aeminium, oppida Conimbrica, Collipo, Ebuobritium [...]»².

Ficamos, pois, a saber que, a sul do rio Douro, habitavam os Túrdulos Velhos e os Pesures e que, nas proximidades do rio Vagia (Vacca e Vaga em alguns códices, Ouakoúia segundo Estrabão, hoje o Vouga), ficava a povoação fortificada de Talábriga.

Apiano Alexandrino, por sua vez, narrou o episódio de subjugação, no ano de 138 aC., de uma povoação com o nome de Talábriga, pelo consul Décimo Junio Bruto³. Durante muito tempo tida

* Engenheiro Informático e bolsheiro de doutoramento da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Universidade Nova de Lisboa, 2825 Monte da Caparica.

1 — Augusto Soares de Sousa Baptista, «Talábriga», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIV, 1948, pp. 214-230.

2 — Plínio o Velho, *Naturalis Historiæ apud Amílcar Guerra, Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, Faculdade de Letras de Lisboa, 1995, pp. 32-33 e 79-85.

3 — «Cap. LXXI Jam vero Viriathi exemplo Lusitaniam mutae aliae latronum manus incursionibus vastabant. Contra quos missus Sext (vel D.) Junius Brutus, quum per amplissimam regionem (quantam scilicet Tagus, et Oblivionis fluvius, et Durius, et Baetis, amnes navigabiles, complectuntur) [...] In latronum patria oppida exercitum duxit [...]. Quibus petentibus veniam dedit Brutus, parte bonorum mulctatis. [...] Cap. LXXIII. Inter alia Talabrica oppidum fuit, quae, saepius rebellaret. Eo veniens Brutus, supplicantes oppidanos, et sese ejus arbitrio permittentes, primum transfugas romanorum et captivos armaque omnia, adhaec obsides, tradere jussit: deinde, ut cum uxoribus ac liberius urbe migrarent, imperavit. Quod et ipsum ubi facere sustinuerunt, circumfusus copiis eos includens, orationem habuit, qua quoties defecissent, quoties quanto conatu bellum renovassent, edisseruit. Ita metu illis injecto, atque opinione, quasi gravius in eos animadversurus esset, tamen intra objurgationes istas iram suam terminavit. Equis et commeatu et pecuniis publicis, cum reliquo publico apparatu, ademptis, oppidum illis praeter spem, habitandum reddidit. Post tantas res gestas Brutus Romam rediit » (Apianni Alexandrini, *Romanorum Historiarum quae supersunt*, Paris, F. Didot (Ed.), 1840).

como certa, a identificação da Talábriga de Apiano com a Talábriga de Plínio, na região do Vouga, não é ainda de excluir⁴.

A destemida resistência oferecida pelos habitantes ajudou a mitificar a povoação, tornando ainda mais atractivo para os investigadores determinar a sua localização. Disso mesmo se fez eco o arqueólogo Félix Alves Pereira na passagem seguinte :

«Esta pagina da conquista da Lusitania é tanto mais importante quanto é, com igual individualização, a unica que nos resta de historia escrita dos oppidos lusitanos, e, embora narre um só episódio da guerra da conquista, não deixa de ser elucidativa. Quando li este texto de Appiano, confesso que senti amargura por não podermos ainda ir conversar na região do Vouga com as ruínas da cidade onde estes sucessos crueis se desfiaram»⁵.

Informações mais detalhadas sobre a localização de Talábriga encontram-se no *Itinerarium Provinciarum Antonii Augusti*, um roteiro do império, com indicação de estradas, *mansiones* e distâncias. Contem alguns erros, em especial nas distâncias, mas o seu valor como auxílio ao estudo e reconstituição da rede viária romana não é posto em causa. O *Itinerarium* é considerado uma das mais importantes obras geográficas que nos chegaram da Antiguidade. Nele foram também incluídas as principais vias que atravessavam o actual território português.

O título da obra parece invocar um imperador de nome António que, todavia, não existiu. Em todo o caso, algumas indicações levam a situar a redacção final do *Itinerarium* já no último quartel do século III, em tempo de Diocleciano⁶. Tem-se admitido que se pretenderia designar um dos Antoninos, e nesse caso com maior probabilidade se trataria de Marco Aurélio Antonino, o Caracala (212-217), hipótese apoiada por algumas indicações topográficas datadas. Os dados nele contidos com interesse para a região de Aveiro são os seguintes⁷:

Conímbriga			
Emínio	mp	X	15 Km
Talábriga	mp	XL	59 Km
Lancóbriga	mp	XVIII	27 Km
Cale	mp	XIII	19 Km

Das cinco cidades mencionadas, aquelas cuja localização tem sido mais difícil de encontrar são Talábriga e Lancóbriga. O problema da localização de Conímbriga e de Emínio foi resolvido, no plano teórico, por Borges de Figueiredo em 1884: as ruínas de Condeixa seriam os restos de Conímbriga, devendo procurar-se Emínio sob a actual Coimbra⁸. Uma inscrição encontrada pouco tempo depois em Coimbra veio confirmar a hipótese.

Quanto a Cale, certa versão de um texto do século IV, contendo a passagem «*Cales civitas ... est in Gallaicia*», levou diversos autores a situar essa povoação na cidade do Porto⁹. O equívoco foi desfeito por Sousa Machado em 1956, ao demonstrar que em vez de *Gallaicia* deveria ler-se *Gallia*¹⁰.

4 — Em Estorões, Ponte de Lima, foi encontrada uma ara romana, datada dos séculos III/IV, ofertada por uma talabrigense, cuja inscrição tem a leitura seguinte: «*Camala, Arqui filia, Talabrigensis, Genio Tiaurauceaico votum solvit libens merito*» (Felix Alves Pereira, «Ara Celtibérica da Época Romana (Um Novo Génio)», *O Arqueólogo Português*, vol. XII, 1907, pp. 36-52). A descoberta desta ara levou Miguel de Oliveira a reanalisar a citada passagem de Apiano, bem como o contexto em que aparece, concluindo que haveria dois ópidos com o nome de Talábriga, sendo um deles na região do Lima (Miguel de Oliveira, «Talábriga», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IV, 1938, pp. 117-120). A hipótese de uma segunda Talábriga nessa região parece confirmar-se por uma inscrição, achada em El Repilado (Huelva, Espanha), que documenta um *Limicus (castello) Talabrica* (J. M. Luzón Nogué, *Antigüedades Romanas en la Provincia de Huelva*, p. 295-298, *apud* Amílcar Guerra, *op. cit.*, pp. 81-82 e n. 192). No entanto, Sousa Baptista («Talábriga», *op. cit.*) foi buscar ao próprio texto de Apiano alguns argumentos que levam a situar na Talábriga do Vouga o episódio narrado.

5 — Félix Alves Pereira, «Geographia Protohistórica da Lusitania. Situação Conjectural de Talabriga», *O Archeologo Português*, vol. 12, 1907, pp. 129-158.

6 — Raymond Chevalier, *Les Voies Romaines*, Paris, 1972, p. 33.

7 — Emilio Hubner, *Notícias Arqueológicas de Portugal*, Typographia da Academia, 1871, p. 98.

8 — António Cardoso Borges de Figueiredo, «Oppida Restituta. As Cidades Mortas de Portugal: Emínio», *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 5ªa serie, nº 2, 1885, pp. 67-92.

9 — António Augusto Mendes Corrêa, «Cale e o Porto», *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*, t. I, 1935, pp. 137-142.

10 — António de Sousa Machado, *As Origens da Cidade do Porto. O Problema de Portucale*, 2ª ed., Porto, 1967, pp. 14-42.

Tendo em conta que, a meu ver, o topónimo Gaia é etimologicamente derivável de *Cale*, e que o *parochiale suevicum* situou o Castro Antigo de Portucale na margem esquerda do Douro, sou levado a situar *Cale* nas imediações do castelo de Gaia¹¹. Em todo o caso, a situação de *Cale* nas margens do Douro (segundo alguns, o topónimo designaria o próprio local de travessia do rio) não tem sido posta em dúvida. Assim, a determinação da margem em que *Cale* mais se teria desenvolvido é, para os problemas de localizar Talábriga e Lancóbriga, irrelevante.

1. DE BARREIROS (1561) A ALVES PEREIRA (1907)

Até ao início do século XX, as conjecturas sobre Talábriga foram muito influenciadas pelo arqueólogo quinhentista Gaspar Barreiros que localizou esta cidade em *Cacia*, próximo de Aveiro¹². Gaspar Barreiros foi buscar a base para o seu argumento ao *Itinerarium* e a uma variante da passagem de Plínio, citada acima, que o autor tinha encontrado num arquétipo de Toledo: «... *flumen Vacca, oppidum Vacca, oppidum Talabrica, ...*». Haveria, assim, outra povoação fortificada próxima do Vouga, que deste rio tirara o nome.

Na opinião de Gaspar Barreiros, poderia deduzir-se que, quem vinha de norte, encontrava primeiro o rio Vouga, depois a povoação fortificada de Vouga e, a seguir, a povoação fortificada de Talábriga. À primeira corresponderia a vila e burgo de Vouga, de cuja existência há notícias apenas desde o século XIII, e à segunda corresponderia a vila de *Cacia*, onde o autor havia encontrado vestígios de antigas construções. Esta hipótese agradou especialmente a Barreiros, pois, pelas suas contas, a distância entre as ruínas romanas de Condeixa e a vila de *Cacia*, passando pelo burgo de Vouga, era de 50 milhas, precisamente a mesma distância que o *Itinerarium* dá entre Conímbriga e Talábriga.

Não há dúvida de que Gaspar Barreiros procurou sinceramente, e com notável sentido crítico para a sua época, identificar a localização de Talábriga. Porém, a sua tese não é totalmente consistente com os dados disponíveis. Na verdade, a distância que, segundo o *Itinerarium*, separava Talábriga de *Cale* era de 31 milhas ou 46 Km, o que obrigaria a colocar Talábriga um bocado a Norte do Vouga.

Félix Alves Pereira chamou a atenção para este facto, num artigo publicado no também já longínquo ano de 1907, em que abriu novas perspectivas para a resolução deste problema¹³.

Nesse artigo, o autor definiu a situação conjectural de Talábriga com base nas restrições impostas pelo *Itinerarium*, isto é, esta cidade da Lusitânia deveria ficar na intersecção de dois círculos: um centrado em Emínio (Coimbra) e tendo de raio 40 milhas, e outro centrado em *Cale* (Gaia) e tendo de raio 31 milhas. O espaço assim definido exclui *Cacia*, ou qualquer outra povoação próxima de Aveiro, e exclui ainda as margens do Vouga. Segundo esta tese conjectural, a freguesia da Branca, do concelho de Albergaria, teria grandes possibilidades de conter nos seus limites as ruínas deste *oppidum* romano¹⁴. Félix Alves Pereira concluiu:

«Entrevejo pois para a archeologia portuguesa este problema: sondar o jazigo de Talabriga, verdadeiro simbolo do nosso sentimento de independencia territorial e figura-se-me que mostrei onde com toda a probabilidade elle se deve encontrar. Espero ter eu mesmo ensejo de averiguar se o simples e frio raciocínio me guiou, sem desvio, até as trincheiras históricas, que occultam os miserandos restos de Talabriga»¹⁵.

Porém, tal não veio a acontecer, e agora, já no final do século, o problema continua por solucionar. O artigo de Alves Pereira teve, no entanto, a virtude de reunir e sistematizar um conjunto apreciável de informações com ele relacionadas.

11 — Sobre este assunto ver Sousa Machado, *op. cit.*, pp. 119-140 e Almeida Fernandes, «Território e Política Portucalenses», *O Tripeiro*, vol. X, pp. 333-336 e 367-368.

12 — Gaspar Barreiros, *Chorographia de algvns Lvgares*, Coimbra, 1561, fl. 48-52v. Não darei aqui conta de outras contribuições e propostas de solução do problema que, baseadas em hipóteses cuja veracidade não se veio a confirmar, estão hoje postas completamente de parte. Sobre a historiografia de Talábriga, consultar António Gomes da Rocha Madail, «Estação Luso-Romana do Cabeço do Vouga. Terraco Subjacente à Ermida do Espírito Santo, ou da Vitória», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VII, 1941, pp. 227-258 e pp. 313-369.

13 — Alves Pereira, *op. cit.*

14 — *Idem*, pp. 142-144.

15 — *Idem*, *op. cit.*, p. 158.

Quanto à sua tese conjectural, ela terá que ser criticada e revista, pois, lamentavelmente, o ilustre arqueólogo errou algumas contas. Qualificou ele de «notavelmente exacta» a medição total do *Itinerarium* relativa à via de Emínio a Cale, visto que: «a somma das milhas que se contaram de Emínio a Gaia, reduzida a kilometros [...], era de 105:151 metros, como vimos; a distância computada actualmente na Carta de Estado Maior d'esta região pela directriz da estrada real é de 105:100 metros»¹⁶.

Ora, depois de bem feitas as contas, conclui-se que a distância entre o centro de Coimbra e o centro de Gaia pela Estrada Real era de 116 Km. Entre o valor contabilizado por Félix Alves Pereira e o valor correcto há, pois, uma diferença não negligenciável de 11 Km¹⁷. Ora, sendo o traçado da Estrada Real entre Coimbra e Gaia uma boa aproximação à linha recta, parece-me difícil que o traçado da via romana entre Emínio e Cale pudesse ser 11 Km mais curto. Aliás, na idade média, a estrada de ligação entre Coimbra e Gaia poderia ser ainda mais longa. Na verdade, no século XIV, a distância de dezoito léguas que, segundo Fernão Lopes, separava as duas cidades, deveria corresponder a 119 Km¹⁸. As três jornadas que Edrizi atribuiu ao mesmo percurso, no século XII, poderiam corresponder a 123 Km¹⁹.

Deverá, pois, haver um erro no *Itinerarium*. Já em 1943, em comunicação apresentada à Associação dos Arqueólogos Portugueses, o Coronel Costa Veiga o havia afirmado: «a extensão da citada via romana nunca pode ter sido a de 71 milhas ou 105 km, indicada no *Itinerarium* de Antonino, e isso pela simples razão de que a própria distância em linha recta, e no plano horizontal, entre os observatórios de Coimbra e da Serra do Pilar atinge 104,5 km»²⁰. Não se trata de tirar credibilidade ao *Itinerarium*, mas apenas de constatar que ele contém um erro pontual, por defeito, em pelo menos uma das medições entre Emínio e Cale. A extensão total da via romana não poderia ficar muito aquém dos 116 Km da Estrada Real.

16 — Alves Pereira, *op. cit.*, p. 133.

17 — Dei pelo erro ao analisar as distâncias, computadas por F. A. Pereira, entre alguns pontos do trajecto. Em particular, a distância Coimbra-Mealhada que este autor afirmou ser 16,5 Km (Pereira, *op. cit.*, p. 133 e n. 2), não me pareceu credível, uma vez que o miliário, que se encontrou 1,5 Km a sul daquela vila, marca 12 milhas ≈ 17,8 Km. Verifiquei depois que a distância correcta Coimbra-Mealhada pela Estrada Real era de 20,3 Km. Também a distância entre Oliveira de Azeméis e Gaia, pela Estrada Real, era segundo Pereira, de 32,8 Km. Todavia, a própria distância em linha recta entre estes dois centros é superior àquele valor em mais de 2 Km (notar que Pereira coloca Cale no centro histórico de Gaia, junto ao Douro). Perante estas imprecisões evidentes, que só por si já fazem aumentar em cerca de 6 Km a distância Coimbra-Gaia pela mesma estrada, tornou-se necessário refazer todos os cálculos, partindo directamente das cartas da época. Félix Alves Pereira afirma ter consultado a Carta de Estado Maior. Suponho que se refere à Carta Itinerária de Portugal, editada periodicamente pelo Serviço do Estado Maior do Exército. Na Biblioteca Nacional de Lisboa existem algumas folhas desta carta (cota C.P. 5, fl. 3 e fl. 5). A carta relativa à região entre Anadia e Porto (fl. 3) provém da edição de 1905. A carta relativa à região de Coimbra (fl. 5) provém da edição de 1915. O Traçado da Estrada Real aparece com mais realce na carta "Districto Administrativo de Aveiro" editada pela Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino em 1884 (cota Biblioteca Nacional: C.A. 20 R., fl. 8). O trajecto da Estrada Real entre Coimbra e Gaia era o seguinte (apresentam-se os comprimentos dos vários segmentos da estrada, em quilómetros e com uma casa decimal, de acordo com a Carta Itinerária de Portugal, ed. de 1905 e 1915): [Coimbra] 1.0 + 0.5 + 0.6 + 3.7 + 1.7 + 2.6 + 1.8 + 5.6 + 1.1 + 1.7 [Mealhada] + 0.1 + 2.7 + 0.8 + 2.8 + 1.7 + 0.5 + 0.8 + 2.1 [Avelãs de Caminho] + 2.5 + 2.1 + 1.8 + 1.1 + 3.1 + 0.9 [Águeda] 1.6 + 0.7 + 1.3 + 1.2 + 4.0 [rio Vouga] 1.8 + 1.4 + 3.5 [Albergaria-Velha] 0.8 + 0.8 + 4.3 [Albergaria-a-Nova] 0.4 + 1.6 + 0.6 + 2.8 [Pinheiro] 0.9 + 2.2 + 3.9 [Oliveira de Azeméis] 0.6 + 2.3 + 1.0 + 1.4 + 3.0 [São João da Madeira] + 0.8 + 1.4 [Arrifana] + 2.0 + 1.0 + 1.8 [Souto Redondo] + 1.3 + 3.1 + 0.8 + 2.8 + 1.8 + 2.2 + 1.5 + 1.1 (este valor pode passar despercebido, pois encontra-se em sobreposição com o topónimo Perosinho) + 3.6 + 1.7 + 0.9 + 0.7 + 0.8 + 1.3 [Gaia] = 116.0 Km.

18 — Em 1387, D. João I partiu «pera o Porto, e d'alli de caminho para Coimbra, onde estava a rainha sua mulher, que eram dezoito leguas de uma cidade à outra» (Fernão Lopes, *Crónica de El-Rei Dom João I*, Biblioteca de Clássicos Portugueses, Lisboa, 1897). As léguas, nesta época, não poderiam ser de 5 Km, pois, nesse caso, teríamos uma distância total de 90 Km, que é 15 Km inferior à distância em linha recta. Suponho que se trataria da *légua velha*, «légua que se considerava outrora de mais de 6 Km» (A. Morais Silva, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10ª ed., vol. VI, Ed. Confluência, 1954, qv. «légua velha»), talvez a *légua de sesmaria*, definida como sendo 3000 braças ou 6.6 Km (*op. cit.*, qv. «légua de sesmaria»). Neste último caso as dezoito léguas de Fernão Lopes corresponderiam a 118.8 Km.

19 — David Lopes, «Os Árabes nas Obras de Alexandre Herculano», separata do *Boletim da Segunda Classe*, Academia das Ciências de Lisboa, vol. 34, 1911, pp. 81-87. O mesmo Edrizi afirmou percorrer-se a distância entre Lisboa e Coimbra em cinco jornadas. Ora as medições do *Itinerarium* para o percurso Olisippo-Emínio, que não têm suscitado problemas, dão uma distância total de 138 milhas ou 204.5 Km. Assim, a jornada de Edrizi rondaria os 41 Km.

20 — Acta de 25 de Fevereiro de 1943, *Livro de Actas de Assembleia Geral da Associação dos Arqueólogos Portugueses de 8 de Março de 1941 a 24 de Abril de 1970*, fl. 27-30. Alternativamente ver Augusto Botelho da Costa Veiga, 1943 *apud* Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 62.

2. A SITUAÇÃO DE TALÁBRIGA

A observação da existência de um erro no *Itinerarium*, obriga a reanalisar a proposta de Gaspar Barreiros. São as condições geomorfológicas da região, na época romana, que a contrariam. Considera-se que, após o degelo dos glaciares, há mais ou menos vinte mil anos, o nível dos oceanos terá subido, gradualmente, cerca de 130 m, até atingir o nível actual, por volta do ano 2000 aC.²¹. Foi nessa época que uma extensa plataforma continental, entre Espinho e o Cabo Mondego ficou submersa, ao mesmo tempo que um longo braço de mar avançava desde Angeja e Cacia até Espinhel e Fermentelos, e era aí que desaguavam, independentemente, os rios Vouga, Águeda e Cértima.

Até ao século XII, a configuração da linha do litoral ter-se-á mantido mais ou menos assim. Em 1115, um breve do Papa Pascoal II, ao usar o rio Antuã para delimitar a diocese do Porto, afirmou que ele desaguava directamente no Oceano²². Hoje, o Antuã tem a sua foz na Ria de Aveiro. Em 1078 existiam marinhas na povoação de Rio Seco, perto de Fermelã²³. Segundo um documento de 1090, a povoação de Alquerubim, situada junto à antiga foz do Vouga, a apenas cerca de 3 Km do Monte Marnel, ficava «*prope litora maris*»²⁴. Finalmente, o bem conhecido portulano de Petrus Visconti, publicado no século XIV, ainda assinala a reentrância marítima.

Ainda que, para o início do segundo milénio da era cristã, estas informações não possam ser generalizadas de ânimo leve, porém, elas garantem, que alguns séculos antes, e nomeadamente na época romana, o mar vinha, de facto, até Alquerubim, e mesmo até à Pateira do Marnel, do mesmo modo que também chegava à Pateira de Fermentelos.

Nestas condições, o viajante que partia de Emínio com destino a Cale encontrava nesse braço de mar o principal obstáculo. A travessia far-se-ia com mínimo esforço junto ao Monte Marnel, no local onde, no século XIII, se construiu a ponte. O itinerário romano Emínio-Cale não passaria, pois, a ocidente do Marnel, muito menos em Aveiro ou Cacia, e portanto Talábriga não poderia localizar-se em nenhuma daquelas localidades. Os miliários romanos da Mealhada e de Ul²⁵ confirmam a passagem da via romana mais ou menos pelo mesmo trajecto da Estrada Real e é nas proximidades desta que deveremos procurar as ruínas de Talábriga.

Apesar da existência de erros nas medições do *Itinerarium* entre Emínio e Cale, não há motivo para pensar que todas estejam erradas. O testemunho do *Itinerarium* continua, pois, a ser importante. Começamos por admitir que a estrada romana, ao longo da qual as milhas se contaram, seguia mais ou menos a directriz da Estrada Real. Se admitirmos que o erro afectou a medição Emínio-Talábriga, então saem reforçadas as possibilidades de a freguesia da Branca conter as jazidas de Talábriga. Todavia, passado quase um século depois de essa hipótese se ter colocado, ainda nada de significativo lá se encontrou.

Se, pelo contrário, admitirmos que a medição Emínio-Talábriga está correcta e, partindo de Coimbra, contarmos 40 milhas ao longo da Estrada Real, então deveremos colocar Talábriga no Monte da Senhora do Socorro, concelho de Albergaria. Foi esta a proposta de Costa Veiga²⁶. À sua argumentação deverá juntar-se o facto de ser este o Monte de Mesão Frio, muito referido nos documentos medievais. De acordo com a explicação dada por um tabelião em 1183, o topónimo medieval aludiria a uma 'mansão deserta': «*monte que propter heremi magnitudinem vocatur Mansio Frigida*»²⁷.

Estou em crer que *mansio frigida* não aludia a uma qualquer povoação castreja desertificada, mas sim a uma mera mansão de estrada abandonada. Ao instituir, em 1117, uma albergaria no vizi-

21 — Óscar Ferreira, *Caracterização dos Principais Factores Condicionantes do Balanço Sedimentar e da Evolução da Linha da Costa entre Aveiro e o Cabo Mondego*, Dissertação de Mestrado em Geologia Económica e Aplicada, Universidade de Lisboa, 1993, pp. 39-42.

22 — *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Biblioteca Pública Municipal do Porto (ed.), Imprensa Portuguesa, Porto, 1924, Secunda Pars, p. 2. Diz: «... per Montem Magnum ad Antoanum flumen, et per ipsum fluium sicut descendit ad mare Oceanum».

23 — «*in uilla que dicent Riu Siccu, ... inter uilla que dicent Fermellana, et uilla que uocitant Kanellas, ... prope litore maris, ... et cum suas marinas*», Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et chartae, doc. 557.

24 — DC. 745. Merece reservas a referência, num documento de 1059, a salinas em Alquerubim: «*Et inter Durio et Colimbrie, prope flumen Vauga, villa Alcaroubim integra, et cum sua prestancia, et cum salinas*» (DC 420).

25 — D. Fernando de Almeida, «Marcos Miliários da Via Romana Aeminium-Cale», *AP*, vol. III (nova série), 1956, pp. 111-116.

26 — Augusto Botelho da Costa Veiga, *Algumas Estradas Romanas e Medievais*. Notas ao Atlas do vol. I dos Estudos de História Militar Portuguesa, Lisboa, 1943, pp. 4-5.

27 — Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 48. Também António de Pinho, *Albergaria a Velha e o seu Concelho*, Albergaria a Velha, 1944.

no lugar de Assilhó, que ficava a meia distância entre Coimbra e Gaia, a rainha Dona Teresa estaria, talvez sem o saber, a restaurar a tal mansão de estrada. A albergaria, que ainda em 1258 era conhecida por «*albergaria veteris de Meigonfrio*»²⁸, veio a dar origem à vila de Albergaria-a-Velha, de que Assilhó é hoje um simples bairro. Em qualquer caso, no Monte de Mesão Frio (ou da Sra. do Socorro) nenhuns vestígios arqueológicos com interesse foram encontrados.

Entretanto, a partir do momento em que o testemunho do *Itinerarium* perde algum do seu valor, valorizam-se outros, como é o caso do já citado passo de Plínio, que Félix Alves Pereira insistiu em não considerar. Embora reconhecendo este investigador que o testemunho de Plínio «tem o ar de uma sêca enumeração chorográfica, que se desdobra do norte para o sul, a contar do Douro»²⁹, recusa-se a aceitar que Talábriga estivesse a sul do rio Vouga.

Ora é precisamente na margem sul deste rio que se encontra o local que na época romana reunia as melhores condições para albergar o principal centro urbano do baixo Vouga. Trata-se evidentemente do Monte Marnel (também conhecido por Cabeço de Vouga), uma posição naturalmente defendida como não se encontrava outra em toda a região, estrategicamente localizada no cruzamento da estrada Olissipo-Bracara com o Vouga, e que foi efectivamente fortificada e romanizada.

De facto, na época romana, como ficou dito, o oceano chegava a Fermentelos e deveria inundar a várzea do Águeda e a foz do Vouga formando esteiros. O longo processo de assoreamento, que acabou por formar o cordão litoral, fazendo recuar a linha da costa e produzindo a Ria de Aveiro, foi também responsável pelo progressivo alteamento das várzeas do Vouga, e, por consequência, pelo recuo da sua foz. Em rios da dimensão do Vouga, as cotas das margens podem subir vários metros em escassas centenas de anos³⁰. Assim, é bastante plausível que as várzeas do Vouga, hoje com cotas até oito ou nove metros, teriam cotas bastante mais baixas na época romana, estando nesse tempo a emergir das águas do braço oceânico. Apesar de tudo isso, em meados do século XII, ainda o geógrafo árabe Edrizi afirmava: «o Vouga é um rio grande, no qual entram embarcações de comércio e Galés, porque a maré sobe muitas milhas por ele a cima»³¹. Na época romana, o Monte Marnel, situado na confluência da ribeira do Marnel com o Vouga, seria praticamente uma ilha, apenas ligada a terra firme pelo extremo oriental (Fig. 1).

O castelo do Marnel é a mais importante fortificação até hoje encontrada na região do Vouga. A sua configuração apresenta dois terraços, correspondentes aos dois pontos culminantes do monte: o Cabeço Redondo, ou Cabeço de Vouga propriamente dito, a ocidente, e o Cabeço da Mina, a oriente. O terraço do primeiro tem forma elíptica e uma área aproximada de um hectare. No seu extremo oriental, encontra-se a ermida do Espírito Santo. O terraço do Cabeço da Mina tem a forma circular. Especialmente na vertente norte, os terraços encontram-se circundados por dois outros terraços, em planos inferiores. Em todos os níveis, os terraços terminam em taludes de cerca de quatro metros de altura que, originalmente, deveriam estar, ao menos em parte, revestidos de muralhas. Destas apreçaram vestígios a sul e ocidente. No terraço do Cabeço Redondo, o investigador Sousa Baptista encontrou vários restos de construções, alinhadas de sudoeste a nordeste, ao longo de uma rua que, segundo lhe pareceu, ligava duas portas da fortificação³². É provável que todo este aparato defensivo seja medieval, tendo pertencido à *civitas Marnel*. Os dois núcleos acastelados eram, ainda no século XVI, conhecidos por Alcáçova Grande e Alcáçova Pequena³³.

28 — João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronológicas e Críticas*, Academia Real das Ciências de Lisboa, t. I, 1860, p. 251.

29 — Alves Pereira, *op. cit.*, p. 131. Notar que esta sequência norte-sul não é quebrada em nenhum caso. Na zona de Coimbra, por exemplo, é referida primeiro a cidade de Eminio, depois o rio do mesmo nome e depois Conímbriga.

30 — No início do século XVIII, pouco mais de quatrocentos anos após a sua construção (Luís Seabra Lopes, «De Portugal a Coimbra pela Estrada Mourisca», *Estudos Aveirenses*, nº3, Aveiro, 1994, pp. 88-94) as pontes do Vouga e do Marnel estavam já tão assoreadas que, em tempo de enchentes, se fazia a travessia de barco (António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, Lisboa, t. II, 1708, p. 161). Sob as areias das margens do Vouga, têm sido descobertos cascos de navios. No Mondego, desenrolaram-se fenómenos de assoreamento análogos, sendo bem elucidativo o caso da velha igreja de Santa Clara. Apenas quinhentos anos após a sua construção, na primeira metade do século XIV, o desnível entre os terrenos circundantes e o pavimento primitivo atingia já os 5 m (António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, *Evolução do Culto de Dona Isabel de Aragão*, Imprensa da Universidade, Coimbra, vol. I, 1894, p. 156 e estampas VII e VIII).

31 — David Lopes, *op. cit.*, p. 82.

32 — Augusto Soares de Sousa Baptista, «Considerações sobre a Cidade Luso-Romana de Vacca, o Julgado e o Burgo de Vouga», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XVI, 1950, pp. 81-117.

33 — Sousa Baptista, «Considerações ...», *op. cit.*, pp. 105-106.

TALÁBRIGA - SITUAÇÃO E LIMITES APROXIMADOS

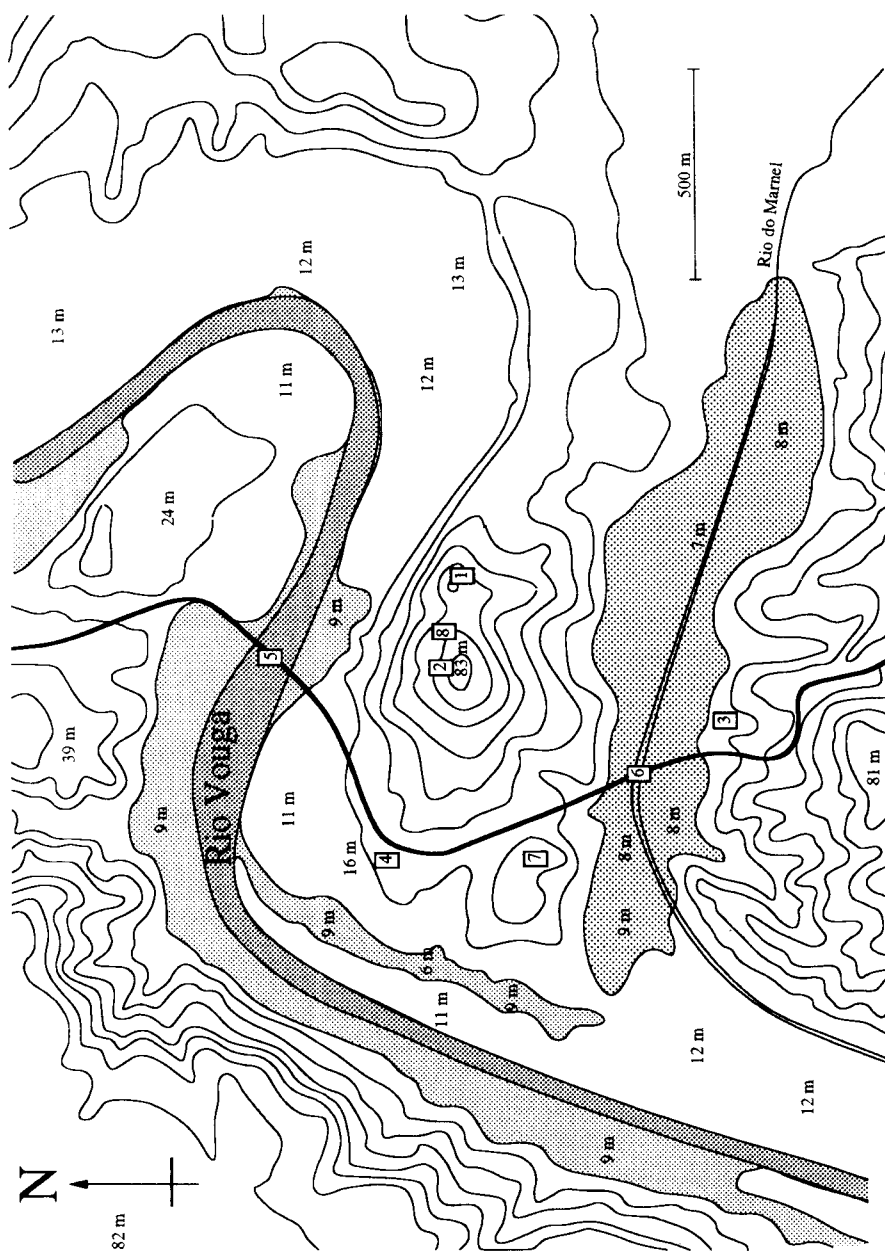


Fig. 1 - Arredores do castelo de Marnel. Apresentam-se curvas de nível a intervalos de 10 m. Os terrenos com cotas inferiores a 10 m foram marcados a escuro, tornando evidente a progressão da acumulação sedimentar da foz para o interior. Neste processo, a saída do pequeno rio Marnel ficou bloqueada, formando o pântano que lhe deu o nome, que só em época recente foi drenado. É possível que as áreas do Marnel escondam algumas surpresas arqueológicas. Legenda: 1. Cabeco da Mina: vestígios do forum romano e da Alcáçova Pequena da fortificação medieval. 2. Cabeco de Vouga: vestígios da Alcáçova Grande da fortificação medieval. 3. Passai: vestígios da primitiva igreja paroquial de Santa Maria de Lamas, fundada no séc. XII, sobre os restos do mosteiro do Marnel (séc. X). 4. Burgo de Vouga. 5. Ponte do rio Vouga. 6. Ermida do Espírito Santo, simples, mas com trabalho seiscentista no interior. 7. Nova igreja de Santa Maria de Lamas (séc. XIX). 8. Ermida do Espírito Santo, simples, mas com trabalho seiscentista no interior.

Os vestígios da romanização são igualmente notáveis. No Cabeço da Mina existe uma cisterna onde apareceram moedas romanas. Na encosta oriental do Cabeço da Mina, prolongando-se até às areias do Marnel, foram encontrados restos de cerâmica, grande quantidade de mós manuais, bem como pedras aparelhadas e capitéis. As escavações, realizadas por Rocha Madaíl em 1941, revelaram, entre outras construções, um sistema de muralhas de formato quadrangular, implantado no Cabeço da Mina, de que o investigador fez a seguinte apreciação: «o que imediatamente fere a atenção é a regularidade dos alicerces das edificações maiores, formadas por vezes com grandes blocos, e sempre cuidadosamente esquadros. A perfeição da tessitura das muralhas, as dimensões destas, as construções semi-cilíndricas do corredor, por enquanto inexplicáveis, são elementos que se congregam para afastar, desde já, a hipótese de, porventura, se tratar duma simples *villa* luso-romana, mesmo luxuosa e vasta que fosse. Indubitavelmente, estamos em presença dum recinto muralhado pertencente a um povoado de vulto, qualquer que ele tenha sido»³⁴. É provável que estas construções sejam o resto do próprio forum da cidade.

A hipótese de situar Talábriga próximo da antiga foz do Vouga, foi pela primeira vez afluída pelo geógrafo Amorim Girão, em 1922³⁵, embora só mais tarde se tenha decidido pelo Monte Marnel como sendo a sua localização exacta: «Já num bem fundamentado e deduzido estudo [o autor refere-se ao artigo de F. Alves Pereira, 1907], se demonstrou que não devia procurar-se aí [Aveiro, Cacia ou Esgueira] o sítio da tão discutida cidade, mas sim bastante mais para o interior: o que de forma alguma exclui, em nosso entender, a ideia arraigada de que ficava junto da foz do Vouga, não onde ela hoje está, mas onde estava talvez ainda no tempo da dominação romana. Efectivamente, a cidade velha da foz de um rio é junto da foz velha desse rio que tem de procurar-se. [...] Observações feitas não há muito na mesma região e o traçado das vias romanas, que ali conseguimos reconstituir, levam-nos com efeito a localizar a antiga Talábriga, quasi sem hesitações, no Cabeço do Vouga, onde este rio hoje se abraça com o seu afluente Marnel»³⁶.

Infelizmente, o conhecido geógrafo não esclareceu o seu raciocínio, e a tal reconstituição do traçado das vias romanas, a que procedeu, e em que se baseou, não era correcta. Por exemplo, nessa reconstituição, a via romana que ligava o baixo Vouga à Beira, partia de Águeda, em vez de partir do Marnel, como aconteceu na realidade³⁷.

Recentemente, Jorge de Alarcão defendeu a mesma hipótese: «O criterioso estudo de F. Alves Pereira sobre a via entre Aeminium e Cale conduziu-o a localizar Talábriga nas proximidades de Albergaria-a-Nova, embora sem ter apontado o seu exacto *ubi*, que sugeriu fosse Branca ou Cristelo. A verdade, porém, é que em nenhum destes lugares se encontraram, até agora, vestígios arqueológicos significativos. Supomos que Talábriga se deverá localizar sobre o Vouga, eventualmente no Cabeço do Vouga (Águeda)»³⁸.

Todavia, nenhum destes autores apresentou os argumentos, a meu ver, decisivos, que são: a) a manifesta existência de erro no *Itinerarium*; b) a importância acrescida de que se reveste a enumeração corográfica de Plínio, que obriga a situar Talábriga a sul do Vouga.

A localização de Talábriga no castelo do Marnel empurra, talvez, para a medição Talábriga-Lancóbriga o erro detectado no *Itinerarium*, já que a medição Lancóbriga-Cale é coerente com a provável localização de Lancóbriga no Monte de Santa Maria, em Fiães da Feira³⁹. Em trabalho futuro, pretendo abordar o problema do traçado da via romana entre Emínio e Cale, à luz destas novas conclusões. A localização de Talábriga no Monte Marnel implica que a via de ligação a Emínio estava longe de ser rectilínea⁴⁰, facto que se pode explicar pela complexidade da rede hidrográfica da região.

34 — Rocha Madaíl, «Estação Luso-Romana do Cabeço do Vouga ... », *op. cit.*

35 — Aristides de Amorim Girão, *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico*, Coimbra, 1922, pp. 60-61.

36 — A. Amorim Girão, *Geografia de Portugal*, Porto, 1941, p. 100.

37 — Amorim Girão, 1922, pp. 122-123. Do mesmo autor *Viseu. Estudo de uma Aglomeração Urbana*, 1925, pp. 14-20. Ver as correcções de A.S. Sousa Baptista, «A Calçada Romana das Bemfeitas», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XVI, 1950, pp. 276-281.

38 — Jorge de Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, 1988, p. 45.

39 — Alarcão, *op. cit.*, p. 90, e Mantas, *op. cit.*, p. 226. Ver ainda António Augusto Mendes Corrêa, «Nótulas Arqueológicas», *Revista de Estudos Históricos*, nº 1-2, 1924, pp. 89-97, e Carlos Alberto Ferreira de Almeida, «O Castro de Fiães», *RFLUPH*, vol. II, 1971, pp. 147-168.

40 — Já Alarcão o referiu (*op. cit.*, p. 89).

Ainda na Idade Média, o vale do Cértima determinava a existência, quiçá simultânea, de dois traçados alternativos da Estrada Mourisca (que ligava o Porto a Coimbra), ambos paralelos ao rio, mas um em cada margem⁴¹. Parece que o mais tradicional era precisamente o mais longo, o da margem esquerda.

3. TERÁ EXISTIDO O *OPPIDUM VACCA*?

A romanização foi intensa em toda a bacia do Vouga, mas a única povoação desse período de cujo nome sobram notícias inequívocas é Talábriga. Muito se tem falado da possibilidade de existir, nesta região e época, uma outra povoação importante denominada Vacca. As referências a Vacca são, no entanto, pouco seguras.

Uma dessas referências aparece no códice pliniano, citado por Gaspar Barreiros, a que já aludi no início do artigo: «*flumen Vacca, oppidum Vacca, oppidum Talabrica*»⁴². Ou seja, existiria uma outra povoação fortificada, não longe do rio Vouga, que dele havia tirado o nome. Não há razão para duvidar da existência do códice. Mas a existência simultânea das duas povoações, Vacca e Talábriga, que nenhum outro códice da *História Natural* refere, merece reservas.

Um tratado cosmográfico, tradicionalmente atribuído a Aético, filósofo grego do século IV da nossa era, dá também notícia da povoação de Vacca, embora sem se referir ao rio do mesmo nome: «*Oceanus occidentalis habet famosa oppida: Bracara, Lacusa, Augusta, Vacca, Celtiberia, Caesarea Augusta, Tarracona ...*»⁴³. O texto original não poderia ser este. Celtibéria não era uma cidade, mas sim uma região do oriente peninsular, e Caesarea Augusta e Tarracona não podiam ser incluídas no ocidente, visto que pertenciam precisamente à Celtibéria. A ter existido, Vacca deveria situar-se próximo da Ponte do Vouga, como supôs Gaspar Barreiros. Mas seria Vacca assim tão famosa, capaz de ombrear com Bracara e Tarracona e de ofuscar Conímbriga e Emínio, suas vizinhas?

Fr. Bernardo de Brito descreveu duas pedras com inscrições que pareciam mencionar Vacca. A primeira delas apareceu no Monte de São Julião, na Branca, concelho de Albergaria, com estas letras «mal distintas e muy quebradas»: «COS. VI. .. P. IX. P. F. .. VAC. XII. P.M. »⁴⁴. O antiquário pretendeu que se trataria de um marco miliário, mas a crítica actual leva a uma de duas conclusões: leitura fantasiosa ou falsificação⁴⁵.

A outra inscrição, também «mal distinta», teria sido encontrada em Ossela, contendo a descrição de uns festejos, promovidos por algumas cidades, em honra do imperador: «... VACE. OSCEL. LANCO. CALEN. AEM. ... »⁴⁶ (Vacca, Ossela, Lancóbriga, Cale e Emínio). A bem conhecida falta de rigor de Fr. Bernardo de Brito não oferece garantias quanto à autenticidade destas inscrições. Aliás, ao ler o texto em que o autor as apresentou, fico com a impressão de que ele próprio as forjou, combinando factos seus conhecidos, ou em que acreditava.

A existência, na época romana e nas proximidades do Vouga, de um *oppidum* com o nome de Vacca, parece-me duvidosa. Por um lado, não há referências seguras a seu respeito. Por outro, a ter existido, a sua localização mais provável seria o Cabeço de Vouga, e nesse caso, onde situar Talábriga, que, como defendi, deveria também situar-se na margem sul do rio Vouga?

Se a passagem atribuída a Aético tem algum fundamento, talvez se tenha ficado a dever a uma confusão entre o nome do território, tirado do rio, e o nome da principal cidade nesse território, neste caso Talábriga. É de notar que, nos alvares da nacionalidade, algo de similar se verificava: o território com sede na *civitas Marnel* era conhecido por *territorio Vauga*.

Apesar de tudo, a ausência de crítica às distâncias indicadas pelo Itinerarium tem permitido que se continue a defender a localização de Talábriga na zona de Albergaria-a-Nova e a localização de Vacca no Marnel⁴⁷.

41 — Luís Seabra Lopes, «De Portugal a Coimbra pela Estrada Mourisca», Estudos Aveirenses, nº 3, 1994, pp. 79-110.

42 — Barreiros, *op. cit.*, fl. 51.

43 — António Cardoso Borges de Figueiredo, «Oppida Restituta. As Cidades Mortas de Portugal: Vacua», *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 5ª série, nº 6, 1885, pp. 347-350.

44 — Bernardo de Brito, *Monarchia Lusitana*, Parte II, l. V, cap. 1º, fl. 3.

45 — D. Fernando de Almeida, «Marcos Miliários ...», *op. cit.*, pp. 111-116.

46 — Brito, *op. cit.*, fl. 2v. A inscrição está registada com o nº 278 em *Portugalliae Inscriptiones Romanas*, Levy Maria Jordão (ed.), Lisboa, vol. I, 1859.

47 — Vasco Gil Mantas, *A Rede Viária do Convento Escalabitano*, Saragoça, 1990, p. 225.

4. O TERRITÓRIO DE TALÁBRIGA

A determinação dos limites do território de Talábriga é outro problema não resolvido, e que possivelmente não chegará a ser completamente resolvido, mas que, pela sua importância, justifica a abertura de uma secção neste estudo. Sabe-se que a organização administrativa da Lusitânia foi delineada por Agripa, logo depois da pacificação do Norte da Península, tendo em sequência sido colocados marcos de delimitação de territórios (*terminus augustalis*).

Em finais do século XVIII, durante as obras de demolição da velha igreja de UI (concelho de Oliveira de Azeméis), na margem norte do rio Antuã, apareceu um desses marcos, colocado em 4-5 dC., em tempo de Augusto⁴⁸. Embora não haja menção dos territórios demarcados, só poderão ser os de Talábriga e Lancóbriga. Dado o local em que o marco foi achado, estou convencido de que a fronteira seria o próprio rio Antuã, que mais de onze séculos depois voltaria a servir de limite, desta vez entre as dioceses de Coimbra e Porto («*infra antiquos terminos portugalis diocesis, a Avicella silicet in Antenonam* »⁴⁹).

Relevante para esta questão é ainda a lápide que serviu de altar na capela de São Bartolomeu de Guardão, no Caramulo. Trata-se de outro *terminus augustalis* do tempo de Augusto, colocado também em 4-5 dC., que parece mencionar os Interanienses («... *Inter ... eses ...*»), povo que, na interpretação de Jorge de Alarcão, habitava a região de Viseu⁵⁰. A ocidente, o território demarcado seria, sem dúvida, o de Talábriga, visto que, na região serrana do Caramulo, tradicionalmente menos habitada, não haveria condições para a permanência de um povo com identidade própria e autonomia.

Sobre os limites de Talábriga, o que fica dito é tudo o que se sabe. Seria o seu limite sul, como sugeriu Jorge de Alarcão⁵¹, o rio Águeda?

A organização territorial deixada pelos romanos no actual território português resistiu de forma surpreendente às posteriores invasões de povos germânicos e muçulmanos, vindo a influenciar decisivamente a configuração dos territórios medievais. A própria lógica que presidia à definição de fronteiras não se deve ter alterado muito ao longo dos tempos. No litoral entre Douro e Mondego destacaram-se, desde os alvares da nacionalidade até finais da Idade Média, as terras de Santa Maria e de Vouga. O limite entre as duas terras, inicialmente situado um pouco a sul do rio Antuã, passou a ser o próprio rio, a partir do século XII. Como disse, seria também este rio o limite entre Lancóbriga e Talábriga. Entretanto, o *Itinerarium* (dito de Antonino) obriga a situar a primeira destas povoações dentro dos limites da terra de Santa Maria, e Talábriga, como defendi, deve corresponder à *civitas Marnel* medieval, precisamente a sede da terra de Vouga.

Assim, os limites da terra de Vouga poderão constituir um bom ponto de partida para investigar os próprios limites de Talábriga. A existência da terra de Vouga documenta-se desde finais do século XI⁵², e é certo que, já nesta altura, se estendia desde Albergaria-a-Velha, a norte do rio Vouga, até Recardães, a sul do rio Águeda, e até Loure e Eixo, a ocidente. No século XIII, várias inquirições mostram que se havia estendido mais para norte, em consequência do recuo de Santa Maria, e permitem avaliar a sua verdadeira extensão para sul e ocidente. De facto, nesta época, a terra de Vouga estendia-se desde Branca até às proximidades da Mealhada⁵³. Aliás, já antes da reconquista definitiva de Coimbra, em 1064, se notava que só a região a sul da Mealhada era por regra atribuída ao território daquela cidade, facto indicador de que por ali passava uma fronteira territorial antiga. Julgo que passaria também por ali a fronteira entre Talábriga e Emínio.

Com efeito, era normal colocarem-se marcos miliários junto aos limites das cidades, mesmo quando não se procedia a uma balizagem sistemática da estrada. Ora, na Mealhada apareceu um dos

48 — D. Fernando de Almeida, «*Terminus Augustalis* entre Talábriga e Langóbriga», *AP*, vol. II (nova série), Lisboa, 1953, pp. 209-212.

49 — Miguel de Oliveira, «Os Territórios Diocesanos. Como passou para o Porto a Terra de Santa Maria», *Lusitânia Sacra*, t. I, 1956, p. 34.

50 — Alarcão, *op. cit.*, p. 35 e 39.

51 — Alarcão, *op. cit.*, p. 45-46.

52 — Em tempo de Sisnando Davides, consul de Coimbra, portanto antes de 1092, um documento situa Recardães no território de Vouga e refere o juiz desse território: «*Recardaes, circa riuulo Agata, territorio Uauga ... ante domnum Sisnandum, consulem Colimbrie, ... et domnus Atan qui era iudex de Uaugae* (*Livro Preto da Sé de Coimbra*, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1977-79, doc. 119).

53 — Vejam-se as inquirições de 1282 (Joaquim da Silveira, «Inquirição na Terra de Vouga em 1282», *op. cit.*), e de 1290-1328 (A. G. da Rocha Madal, «O Rol das Cavalarias do Vouga», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VIII, 1942, pp. 153-159).

três marcos miliários conhecidos da estrada Eminio-Cale⁵⁴, enquanto os outros dois, a confirmar o costume, apareceram em Ul, precisamente na fronteira entre Talábriga e Lancóbriga⁵⁵. Situação similar ocorreu em Conímbriga, cujo território se estendia até ao rio Anços. Ali acabam os vestígios de centurição romana e ali existe ainda o orago de Nossa Senhora de Finisterra. Ora no cruzamento da via Olissipo-Collipo-Conímbriga com esse rio foi encontrado um dos dois marcos miliários conhecidos dessa estrada⁵⁶.

O marco da milha IIII⁵⁷, achado em Coimbra e tradicionalmente atribuído ao segmento de estrada Eminio-Talábriga, poderá ter pertencido ao segmento Conímbriga-Eminio, tendo também aí a função de assinalar a mudança de território (notar que a distância entre estas duas últimas cidades era de dez milhas, ficando o marco quase a meio caminho).

A ocidente, o território de Talábriga deveria prolongar-se até ao mar. Ai terminava também a terra de Vouga, a que pertenciam Cacia, Esgueira, Aveiro, Ilhavo e Vagos, entre outros lugares. O limite sul de Talábriga, passaria pelo marco miliário da Mealhada, dirigindo-se para ocidente segundo uma orientação ortogonal à linha da costa, que seria a mais natural. Assim, o limite sul do distrito de Aveiro reproduz, nos nossos dias, o limite sul da velha Talábriga.

A oriente de Talábriga, na região de Viseu, ficaria o território dos Interanienses. É provável que a fronteira entre Talabrigenses e Interanienses tenha tido influência na futura demarcação das dioceses de Coimbra e Viseu. Nesse caso, os limites diocesanos serviriam de indicação sobre aquela fronteira romana. A divisão de Wamba (século VII) indica que, na época visigótica, o lugar de Ventosa ficava no extremo oriental da diocese, servindo-lhe de limite. De acordo com hipótese de Almeida Fernandes, que considero muito verosímil, esta povoação deverá identificar-se com a antiga paróquia de Santa Maria de Ventosa, actual freguesia do concelho de Vouzela, situada ao fundo do castelo de Lafões⁵⁸. Só após a reconquista cristã, se teria fixado o limite diocesano de Viseu no rio Mau, a ocidente de Sever do Vouga.

É natural que, já na época visigótica, Ventosa fosse sede paroquial, facto que justificaria plenamente a importância do castelo de Lafões como sede de um extenso território alto-medieval. A diocese de Viseu terminaria no limite ocidental de Ventosa. Se o território de Lafões for a expressão medieval dessa antiga circunscrição, então talvez a diocese de Viseu na época visigótica se estendesse até Cercosa e Pinheiro de Lafões. Alguns séculos antes, ali confrontariam também os Interanienses com os Talabrigenses. Esta hipótese é confirmada pelo achado, nesse alinhamento (nos lugares de Reigoso e Benfeitais, concelho de Oliveira de Frades), de nada menos que quatro marcos miliários da estrada romana Viseu-MarneI⁵⁹.

Entretanto, como referi, o território de Talábriga deveria chegar a Guardão. A norte deste ponto, a fronteira deveria inflectir para ocidente. Na verdade, o meridiano de Reigoso, onde terminariam a diocese visigótica de Viseu e o território medieval de Lafões, e onde também apareceram os miliários referidos, encontra-se 9 Km para ocidente do meridiano de Guardão. Mais adiante, a serra do Arestal serviria de fronteira natural. A sul de Guardão, a fronteira de Talábriga define-se naturalmente pela linha de transição entre a zona serrana, do Caramulo ao Buçaco, e a planície da Bairrada.

Se estiver correcta esta reconstituição do território de Talábriga, há que constatar que os dois *termini augustalis* conhecidos apareceram junto a dois dos seus vértices (Fig. 2). Assim, não é de excluir que algum destes marcos estabelecesse o limite a mais do que dois territórios. Em Guardão, por exemplo, talvez se encontrassem os territórios de Talábriga, dos Interanienses e de Bobadela.

54 — Almeida, «Marcos Miliários ...», p. 115.

55 — Almeida, «Marcos Miliários ...», pp. 111-113.

56 — Vasco Mantas, «Dois Novos Miliários do Território de Coimbra», *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*, vol. LXI, 1985, Coimbra, pp. 159-179.

57 — Almeida, «Marcos Miliários ...», pp. 114..

58 — A. de Almeida Fernandes, *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas* (separata do *Arquivo do Alto Minho*), Viana do Castelo, 1968, pp. 148-149.

59 — Amorim Girão, *Viseu ...*, 1925, pp. 14-20, e Sousa Baptista, «A Calçada ...», *op. cit.*

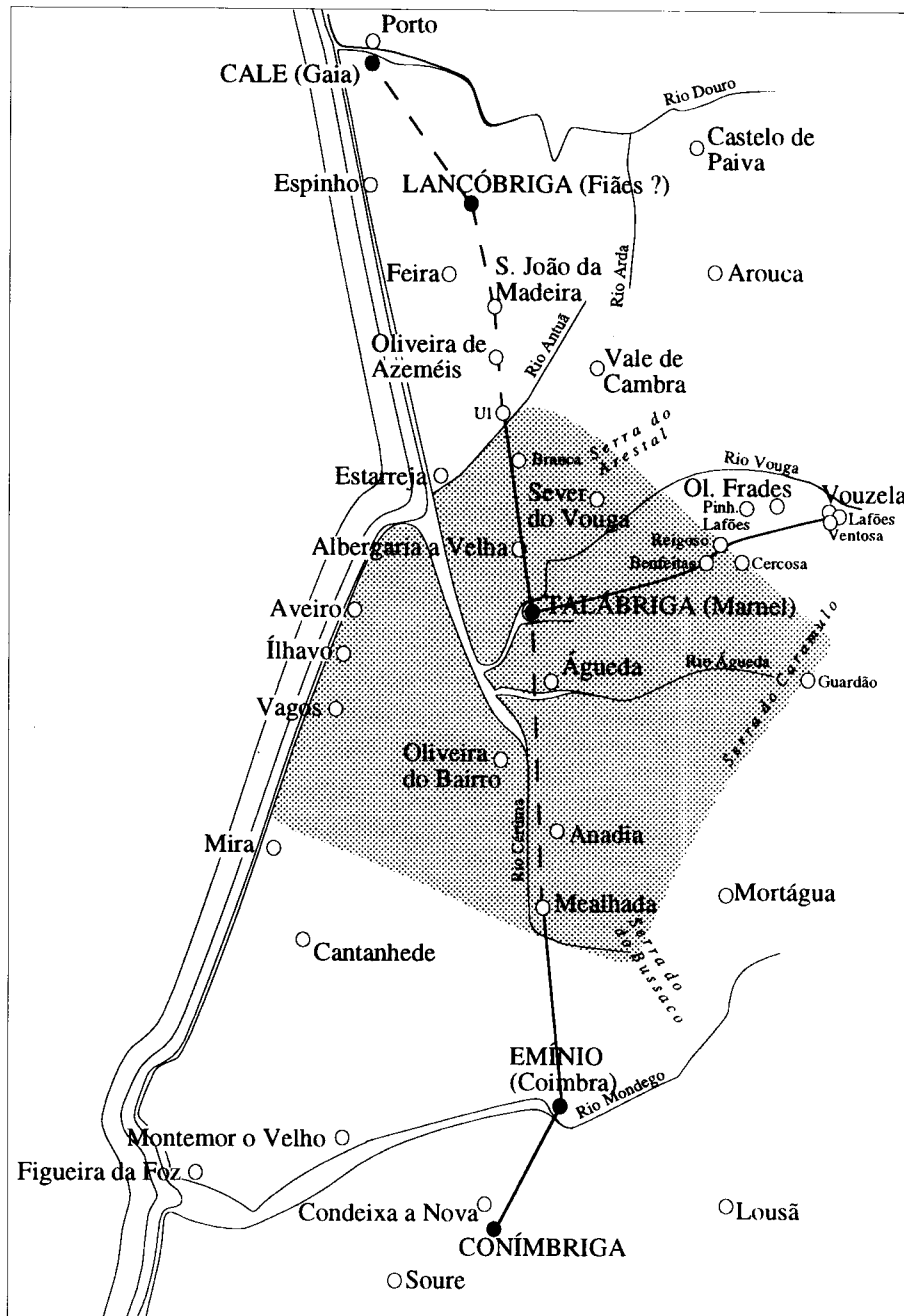


Fig. 2 - O território de Talábriga.

O território de Talábriga era uma região naturalmente definida pela confluência dos rios Vouga, Águeda e Cértima. Assumia a forma aproximada de um quadrilátero, orientado segundo a linha da costa e o rio Antuã, que lhe serviam de limite a noroeste. Com uma superfície de cerca de 1600 Km², nele se incluíam nove das modernas sedes concelhias.

5. CONCLUSÃO

A hipótese da localização de Talábriga nas imediações de Aveiro, lançada por Gaspar Barreiros em 1561, não foi contestada por gerações de historiadores até ao início do século XX. De facto, em face das informações de que dispunha, Gaspar Barreiros raciocinou bem, chegando mesmo a propôr as localizações correctas para Emínio e Coimbra, que só mais de três séculos depois viriam a ser geralmente aceites.

Em 1907, finalmente, Félix Alves Pereira definiu a famosa «situação conjectural de Talábriga», a que corresponderia aproximadamente a freguesia da Branca, concelho de Albergaria, apoiando-se em três argumentos principais. Em primeiro lugar, as condições geomorfológicas da região no período romano não permitiam a passagem da estrada Emínio-Cale pelo litoral. Depois, os dois marcos miliários dessa estrada, já então conhecidos, provavam que ela seguia mais ou menos pela directriz da estrada real. Por último, as distâncias indicadas no *Itinerarium* de Antonino obrigavam a situar Talábriga na zona da Branca. Gaspar Barreiros não acertou, com efeito, mas bem podemos desculpar-lo, pois na sua época não havia consciencia das profundas transformações geomorfológicas ocorridas na região desde a época romana, e os próprios miliários hoje conhecidos não tinham ainda sido encontrados.

Quanto às restrições impostas pelas distâncias do *Itinerarium*, elas não têm a importância que lhes atribuiu Alves Pereira. Na verdade, sendo de 104.5 Km a distância em linha recta e no plano horizontal entre Coimbra e Gaia, não pode estar correcta a distância de 105 Km dada pelo *Itinerarium* para o percurso Emínio-Cale. Convém lembrar que na Idade Média, o percurso pela estrada mourisca entre as duas cidades deveria rondar os 120 Km, e que no início do século XX o percurso pela estrada real media 116 Km. A manifesta existência de erro em alguma das distâncias indicadas pelo *Itinerarium* para o percurso Emínio-Cale levaram-me a atribuir maior importância ao testemunho de Plínio, que obriga a situar Talábriga a sul do Vouga. No artigo, desenvolvi estas ideias e defendi a identificação de Talábriga com o castelo do Marnel.

Com efeito, na época romana, o Monte Marnel era o local que melhores condições oferecia para servir de capital da região do Vouga. Situado entre os rios Vouga e Marnel, e não longe da antiga foz do Vouga, o monte era quase uma ilha, apenas ligada a terra pelo extremo oriental. A terminação *-briga* em *Talabriga*, de origem indo-europeia, provavelmente celta, significando 'altura' e 'povoação fortificada em ponto alto', adaptava-se bem ao local. Estrategicamente, a localização de Talábriga nesse ponto, dominando, quer o trânsito fluvial no Vouga, quer o trânsito terrestre na estrada Olissipo-Bracara e na estrada, também romana, que do Marnel partia em direcção a Viseu, não podia ser melhor. Finalmente, o castelo veio a albergar, na Idade Média, a *civitas Marnel*, sede da extensa *terra de Vouga*, que foi, sem dúvida, a sucessora do território de Talábriga. Pela negativa, pode ainda argumentar-se que não se conhece, em toda a região, outro sítio arqueológico de importância comparável, com que Talábriga possa identificar-se.

O território de Talábriga deveria estender-se desde o rio Antuã, onde confrontava com Lancóbriga, até ao paralelo da Mealhada (onde o rio Cértima atinge a planície), aí confrontando com Emínio, e do mar às faldas das serras do Arestal, Caramulo e Bussaco. O território correspondia assim à região naturalmente definida pela confluência dos rios Vouga, Águeda e Cértima, ficando a sede situada aproximadamente no seu centro geográfico. A hipótese de localização de Talábriga na zona da Branca, que numerosos autores têm defendido, tem contra si, além de todos os argumentos apresentados, o facto de aquela freguesia se situar no extremo norte deste vasto território.

Embora me pareça suficientemente demonstrada, ao menos no plano teórico, a hipótese de localizar Talábriga no Monte Marnel, julgo que a investigação do traçado da estrada Emínio-Cale irá trazer novos argumentos a seu favor

